

“Acordos de Lisboa” versão 2009 (e também 2010)

27-Jan-2009

A convergência à esquerda é um tema incontornável, dentro e fora dos debates para a próxima convenção do Bloco de Esquerda. É assim porque a sociedade o impôs, independentemente das agendas de partidos, sensibilidades e da própria imprensa. O “povo de esquerda” e os trabalhadores, uma fatia importante da população assalariada, pequenos empresários e agricultores estão fartos do governo Sócrates e procuram, por todos os meios, uma forma de livrar-se dele e das suas políticas. Seja através da luta, com centenas de milhares nas ruas em 2008, seja por via eleitoral.

Texto de Cristina Portella e João Delgado, subscritores da Moção C

É esta a explicação para o crescimento do BE e do PCP nas sondagens, para os famosos 1 milhão de votos recebidos por Manuel Alegre nas últimas presidenciais, para o sucesso das duas iniciativas unitárias protagonizadas pelo BE e Manuel Alegre e, ainda, para a abertura da possibilidade — até há bem pouco tempo considerada remota — do mesmo Alegre vir a abandonar o PS e formar um novo partido. É esta também a explicação de porque os líderes políticos da esquerda de oposição ao governo passaram a defender convergências à esquerda.

Mas de que convergências à esquerda se está a falar? A defendida pela Moção C desde a última Convenção baseia-se num programa de ruptura com o capitalismo e de oposição ao governo PS/Sócrates, que reúna o BE, o PCP e a corrente liderada por Manuel Alegre. É evidente que esta unidade só poderia incluir Manuel Alegre se este rompesse não só programaticamente com o PS, mas também se desfiliasse deste partido. E é evidente que esta convergência alargada está excluída para as eleições de 2009, também por responsabilidade da direcção do BE.

A defendida pela Moção A, também desde a última Convenção, pelo contrário, exclui o PCP, com o argumento de que este não quer a unidade, - ao que o PCP responde sectariamente considerando que a convergência de esquerda é a CDU - e inclui exclusivamente a ala “alegrista”. De que forma? Em 2009, através da hipótese de coligações autárquicas com movimentos “independentes”; de cidadãos, na verdade organizações regionais do MIC de Manuel Alegre, que poderão incluir militantes socialistas possíveis apoiantes de Sócrates nas legislativas.

Para 2010, a Moção A propõe “uma candidatura presidencial da convergência mais ampla possível”. Ao nosso ver, esta adenda recentemente introduzida na Moção A abre as portas a um entendimento com Manuel Alegre, sem definir critérios programáticos ou a pré-condição da sua ruptura com o PS. Manuel Alegre ainda não esclareceu a sua estratégia política, mas declarou que defende o “diálogo à esquerda também com o PS” (Público, 13 de Janeiro).

Desta forma, a Moção A/direcção do BE dá sinais de que escolheu um caminho perigoso para o nosso partido. Enquanto nos acusa, injustamente, de querer a unidade a todo o custo com o PCP, abre as portas para que o Bloco participe em convergências com quem não se demarca do PS /

Sócrates.

Esclarecer a política de alianças através de critérios claros – e não endossar a unidade-cheque-em-branco na qual o PS poderá entrar pela porta do cavalo – é fundamental para que não tenhamos em 2009 e 2010 novos “acordos de Lisboa”.